

CORPO, TERRITÓRIO, DISCURSO: A LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE PODER E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AMAZÔNIA

BODY, TERRITORY, DISCOURSE: LANGUAGE AS AN INSTRUMENT OF POWER AND GENDER-BASED VIOLENCE IN THE AMAZON

Artigo recebido em: 20/02/2026

Artigo aceito em: 29/05/2026

Sérgio Nunes de Jesus*

*Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Cacoal, Rondônia, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9648583745536616>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8255-751X>

grupo.pda.ifro@gmail.com

Shyrley de Almeida Alves*

*Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Cacoal, Rondônia, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2077300677497872>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8942-3234>

shyrley.alves@ifro.edu.br

Edmilson Maria de Brito*

*Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Cacoal, Rondônia, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3635344091127514>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4307-0650>

edmilson.brito@ifro.edu.br

Juliana dos Santos Figueiredo**

**Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Rolim de Moura, Rondônia, Brasil

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5408267297643980>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8067-2875>

julianatutorauab@gmail.com

Reginaldo Conceição da Silva***

***Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Tambatinga, Amazonas, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8537046678523286>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7158-8185>

resilva@uea.edu.br

Suzenir Aguiar da Silva****

****Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Cacoal, Rondônia, Brasil

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8054728334049508>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4748-3970>

suzi@unir.br

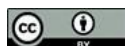
The authors declare that there is no conflict of interest

Resumo

O artigo analisa a relação entre linguagem, educação, poder e violência de gênero no contexto amazônico, compreendendo o corpo feminino e o território como espaços historicamente submetidos a processos de controle, exploração e silenciamento.

Abstract

This article analyzes the relationship between language, education, power, and gender-based violence in the Amazonian context, understanding the female body and territory as spaces historically subjected to processes of control, exploitation, and silencing. Grounded in



Fundamentado em autores como Foucault, Butler, hooks, Vigotski, Duarte e Saffioti, o estudo demonstra que a violência de gênero não se restringe às agressões físicas, mas é sustentada por estruturas discursivas que naturalizam a subordinação feminina e legitimam relações de dominação. A pesquisa evidencia que a linguagem atua como mecanismo de produção de realidades sociais, influenciando percepções, comportamentos e formas de organização do poder. Na Amazônia, discursos institucionais, jurídicos e culturais frequentemente invisibilizam mulheres indígenas, ribeirinhas, quilombolas e negras, reforçando desigualdades de gênero, raça e classe. Nesse sentido, o corpo feminino é apresentado como território político, cuja regulação está associada às mesmas lógicas que historicamente orientam a exploração do território amazônico. Assim, o trabalho defende que a educação fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica possui papel estratégico na transformação dessa realidade, ao possibilitar a apropriação crítica da linguagem e dos instrumentos culturais necessários à emancipação social. Dessa maneira, consideramos que, a superação da violência de gênero exige a descolonização dos discursos, o fortalecimento das vozes locais e a construção de práticas educativas comprometidas com a dignidade humana, a autonomia feminina e a justiça social na Amazônia.

Palavras-chave: Linguagem. Violência de Gênero. Amazônia. Corpo-Território. Pedagogia Histórico-Crítica.

the works of authors such as Foucault, Butler, hooks, Vigotski, Duarte, and Saffioti, the study demonstrates that gender-based violence is not limited to physical aggression but is sustained by discursive structures that naturalize female subordination and legitimize relations of domination. The research highlights that language acts as a mechanism for producing social realities, influencing perceptions, behaviors, and forms of power organization. In the Amazon, institutional, legal, and cultural discourses frequently render Indigenous, riverine, quilombola, and Black women invisible, reinforcing inequalities related to gender, race, and class. In this sense, the female body is presented as a political territory whose regulation is associated with the same logics that have historically guided the exploitation of the Amazonian territory. Thus, the study argues that education grounded in Historical-Critical Pedagogy plays a strategic role in transforming this reality by enabling the critical appropriation of language and cultural instruments necessary for social emancipation. Therefore, overcoming gender-based violence requires the decolonization of discourses, the strengthening of local voices, and the construction of educational practices committed to human dignity, female autonomy, and social justice in the Amazon.

Keywords: Language. Gender-Based Violence. Amazon. Body-Territory. Historical-Critical Pedagogy.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia apresenta-se como território de contradições, onde a biodiversidade contrasta com estruturas históricas de violência e silenciamento. O tema desse artigo, surge a partir da necessidade de investigar a relação entre a Abordagem Histórico-Crítica na Educação Amazônica e as relações de poder que incidem sobre os sujeitos regionais. A problemática central reside em compreender como a linguagem, mediada pelos processos educativos, atua tanto como instrumento de reprodução da violência de gênero quanto como ferramenta potencial de emancipação e soberania intelectual. No cenário amazônico, o corpo e o território são frequentemente tratados como espaços de conquista, e é nesse vácuo de direitos que a educação deve intervir para desconstruir a ética da fronteira que naturaliza a opressão.

A justificativa para a pesquisa, fundamenta-se na urgência de atualizar o debate educacional na Região Norte, integrando-se as teorias de aprendizagem de Vigotski (1998) e a pedagogia de Duarte (2001) às realidades sociais locais. A relevância social e acadêmica do estudo, justifica-se pelo aumento dos índices de violência de gênero na Amazônia e pela percepção de que a escola, reproduz um daltonismo cultural que ignora as interseccionalidades de raça, classe e território. Ao trazer para o centro do debate autores como Butler (1990); hooks (1984), o artigo busca oferecer instrumental teórico que permita aos educadores identificar os silenciamentos presentes no discurso cotidiano e institucional, promovendo a prática pedagógica que seja, de fato, transformadora.

Os objetivos desse artigo são complementares. Primeiramente, objetiva-se analisar como a linguagem é utilizada como instrumento de poder e opressão na perpetuação da violência de gênero no contexto amazônico. Em seguida, busca-se discutir a importância da linguagem na construção da realidade, fundamentando-se na premissa de que a mudança social exige a resignificação discursiva. Por fim, o artigo pretende contribuir para a compreensão da relação entre corpo, território e discurso, propondo-se que, a aprendizagem significativa só ocorre quando o sujeito se apropria dos instrumentos culturais para nomear e transformar sua realidade. A partir dessa análise, espera-se consolidar a Pedagogia Histórico-Crítica como via necessária para a descolonização intelectual e para a garantia da dignidade humana nos rios e cidades da Amazônia.

2 CORPO E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

A relação entre corpo e território na Amazônia não é meramente geográfica, mas política e simbólica. O território amazônico, historicamente lido sob a ótica da conquista e da exaustão, reflete-se na forma como os corpos que o habitam são percebidos. Na região, essa dinâmica manifesta-se na territorialização do corpo feminino: a terra é tratada como corpo a ser explorado, e o corpo da mulher é tratado como território a ser mapeado, vigiado e controlado. Essa lógica é o que Foucault (1977, p. 294-295) identifica como a gestão política da vida:

A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]. Trata-se de instituir mecanismos que têm por função a seguridade, que têm por função manter a média, que têm por função compensar as variações nulas, que têm por função anular as mortes.

Essa analogia entre a terra e o feminino, sustenta a estrutura de poder onde o domínio do espaço geográfico exige o controle do espaço biológico. Na Amazônia, a performance de gênero é restringida pelo discurso de fronteira, onde a força física justifica a subordinação. O corpo feminino torna-se o primeiro território de disputa, onde as normas são inscritas como formas de manutenção da ordem produtiva. Sobre essa construção, Butler (1990, p. 59) esclarece:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. Uma sedição política da performatividade do gênero deve ser capaz de subverter essa aparência.

A análise da forma como o corpo das mulheres é regulado, revela a sobreposição de violências. O controle não ocorre apenas pelo uso da força bruta, mas pela linguagem que define o que é um ‘corpo legítimo’. Quando o discurso institucional reduz a mulher amazônida a uma função reprodutiva ou a um objeto de beleza exótica, opera-se a regulação que limita a autonomia. Esse processo transforma a mulher em sujeito dócil, cujos desejos e movimentos devem estar em conformidade com as necessidades do mercado local.

A regulação do corpo também se manifesta na restrição do acesso aos espaços de poder. O corpo feminino é frequentemente confinado ao ambiente doméstico, enquanto o território público e produtivo é reservado ao masculino. Para visualizar essa intersecção entre o domínio do espaço e a regulação do corpo, tem-se a imagem a seguir, onde mulheres indígenas lutam por pertencimento de seus corpos:

Imagem 1: O corpo território feminino.



Fonte: The Amazon Conservation Team (2025).

Disponível em: <<https://brasil.amazonteam.org/entre-o-corpo-e-o-territorio-mulheres-indigenas-frente-a-crise-climatica/>>. Acesso em: 14 abr. 2026.

A demonstra que o corpo e o território ocupam o mesmo plano de incidência do poder, as Normas Patriarcais funcionam como ferramentas de mapeamento que determinam onde a mulher pode estar e como seu corpo deve se comportar. O rompimento desse ciclo, exige que a linguagem deixe de ser instrumento de violência. A regulação dos corpos femininos na região também passa pela negação da diversidade de existências, onde mulheres indígenas, ribeirinhas e quilombolas enfrentam apagamentos que tentam substituir as identidades por ideais ocidentalizados.

Ao controlar o corpo dessas mulheres, o poder tenta controlar a memória que o território amazônico preserva. A superação dessa análise exige reconhecer que, se o corpo é território de controle, também é a base fundamental da resistência. A consciência de que o gênero é uma construção discursiva, permite que as mulheres amazônidas iniciem a descolonização de seus próprios corpos. Assim, a reivindicação do direito ao território (a terra), torna-se indissociável de reivindicar o direito ao próprio corpo (a autonomia). Essa práxis de resistência transforma o corpo-território em espaço de insurgência contra a violência de gênero e o extrativismo predatório que consome a região.

Além disso, a manutenção desse controle sobre o corpo-território amazônico, depende da eficácia de enquadramentos discursivos que naturalizam a exploração. Conforme analisa Loureiro (2026), a Amazônia é historicamente submetida a uma lógica de fronteira, onde o modelo de desenvolvimento extrativista dita normas de conduta que

relegam a mulher a uma posição de invisibilidade política. Sob essa ótica, o território não é apenas espaço geográfico, mas campo de forças onde o controle dos recursos naturais caminha lado a lado com o controle das subjetividades femininas, condicionando-se a existência das mulheres aos interesses das elites econômicas e do patriarcado local.

Imagem 2: Das abordagens contextuais.



Fonte: Elaborado pelos autores e desenvolvido pela IA.

Disponível em: < <https://chatgpt.com/c/6a3991a2-b17c-83e9-bdc4-eba73f73634e> > Acesso em: 22 jun. 2026.

Essa violência discursiva e material, atinge as comunidades que habitam as margens dos grandes projetos de desenvolvimento. Para Castro (2012), as dinâmicas territoriais na Amazônia são marcadas por conflitos que incidem diretamente sobre a autonomia das populações tradicionais, transformando-se o cotidiano das mulheres em espaço de resistência permanente. O discurso de poder institucional tenta silenciar essas trajetórias, pois trata o corpo feminino ribeirinho, quilombola e indígena como acessório do território a ser pacificado ou integrado, o que reforça a necessidade da análise que considere como a posse da terra e a posse do corpo são engrenagens do mesmo sistema de dominação.

Sendo assim, a regulação biopolítica descrita anteriormente, consolida o que Saffioti (2004) identifica como a simbiose entre o patriarcado e o capital. Na visão da

autora, o controle do corpo feminino e da capacidade produtiva e reprodutiva é condição essencial para a manutenção das estruturas de poder. Na Amazônia, essa vigilância manifesta-se na linguagem que pune a dissidência e recompensa a docilidade, conectando-se a disciplina aplicada aos corpos à exploração predatória da floresta. Assim, a descolonização do território passa, obrigatoriamente, pela libertação discursiva e física das mulheres, tornando-se a soberania sobre o próprio corpo o primeiro passo para a soberania do território amazônico.

3 DISCURSO E PODER: A LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE OPRESSÃO

A linguagem não constitui sistema neutro de comunicação, mas funciona como engrenagem fundamental no exercício do poder. Para Foucault (1977), o discurso é o lugar onde o poder e o saber se articulam, estabelecendo-se o que é considerado verdade em uma determinada época. Na Amazônia, essa dinâmica assume contornos específicos: o discurso oficial e jurídico, descolado das realidades locais e opera como ferramenta de silenciamento. Dessa maneira, a opressão linguística ocorre quando as categorias de pensamento impostas pelo centro ignoram as semânticas da margem, conforme discutido por hooks (2019), retirando-se das populações locais a capacidade de narrar a própria existência fora dos estigmas da subalternidade.

A análise da linguagem como instrumento de dominação, revela que molda a percepção da realidade antes mesmo que o sujeito possa questioná-la. Desse modo, Lakoff (2026) esclarece que o uso de enquadramentos discursivos define os limites do debate político e social. Quando o discurso público utiliza metáforas de conquista ou domaçaõ para se referir ao território amazônico, estabelece, por analogia, a moldura mental que autoriza a dominação. Esse enquadramento não é inofensivo; prepara o terreno para que a violência contra o território e contra os corpos que nele habitam seja lida como passo necessário para o progresso, mascarando-se relações de desigualdade.

Dessa forma, a linguagem é utilizada para perpetuar a violência de gênero ao naturalizar assimetrias de poder por meio de construções linguísticas reiteradas. Conforme aponta Butler (1990), a injúria e o discurso de ódio não são apenas palavras, mas atos que produzem efeitos materiais nos corpos. Na região amazônica, expressões populares, ditados e até o silenciamento institucional em casos de violência doméstica,

funcionam como mecanismos de manutenção do patriarcado. A linguagem opera para deslegitimar a voz feminina, tratando-se o relato da violência como histeria ou exagero, o que reforça a posição da mulher como sujeito de direitos diminuídos dentro do discurso social vigente.

A contribuição brasileira nessa análise é fundamental para entender a especificidade dessa opressão, pois Saffioti (2004) destaca que, o discurso patriarcal no Brasil é estruturante e age como ‘fio invisível’ que conecta a esfera privada à pública. Na Amazônia, esse fio é reforçado pela linguagem que exalta a virilidade ligada ao domínio da terra, o que Loureiro (2026) descreve como a cultura da força bruta. A violência de gênero é, portanto, precedida pela violência verbal que animaliza ou invisibiliza a mulher, preparando-se o imaginário coletivo para aceitar a agressão física como extensão natural da hierarquia discursiva estabelecida.

Conforme assevera Castro (2012), o poder discursivo na região é exercido por meio da gramática de exclusão. Essa gramática manifesta-se na dificuldade de acesso das mulheres aos espaços de fala institucional, onde os problemas são traduzidos para a linguagem técnica e fria que apaga a dimensão humana e o sofrimento ético-político. Assim, a linguagem não apenas perpetua a violência de gênero, mas a protege, criando-se labirintos burocráticos e semânticos que impedem a punição do agressor e a emancipação da vítima. Consequentemente, romper essa opressão exige, a criação de novas molduras discursivas que reconheçam a mulher amazônida como protagonista do próprio dizer.

A opressão linguística na Amazônia, também se manifesta por meio da imposição da linguagem técnica e burocrática nos processos de licenciamento ambiental e regularização fundiária. Conforme analisa Castro (2012), esse discurso pericial e jurídico opera como barreira de acesso à justiça para as populações tradicionais, deslegitimando-se os modos de vida e os conhecimentos ancestrais sobre o território. As categorias semânticas utilizadas pelas instituições estatais e corporativas - como áreas subutilizadas ou vazios demográficos - apagam a presença e a história das mulheres ribeirinhas, quilombolas e indígenas, tratando-se os corpos e saberes como obstáculos ao desenvolvimento. Assim, a linguagem técnica não apenas descreve a realidade, mas a reconfigura para excluir os sujeitos que não dominam ‘-s’ códigos, consolidando-se a gramática de exclusão que perpetua a subalternidade.

Essa exclusão discursiva, é o que hooks (2019) identifica como a manutenção do centro hegemônico através do silenciamento da margem. Na região amazônica, a fala da mulher - especialmente a mulher negra e indígena - é frequentemente rotulada como ‘emocional’, ‘não científica’ ou ‘anedótica’, retirando-lhe a autoridade de sujeito de saber.

Esse processo de apagamento linguístico, é a forma de violência simbólica que precede e autoriza a violência física: ao deslegitimar a voz e a cosmologia dessas mulheres, o poder dominante desumaniza seus corpos, tornando-os vulneráveis à exploração extrativista e ao abuso patriarcal. Para romper esse ciclo, é preciso reconhecer a margem não apenas como local de privação, mas como espaço de produção de contradiscursos que desafiam a normalização da opressão.

Imagem 3: O silenciamento da mulher Amazônida.



Fonte: Pensada pelos autores e gerada por IA, para simular o silenciamento da mulher Amazônida (2026).

A imagem demonstrada, materializa visualmente a tese de que a opressão na Amazônia não é imaterial, mas força que asfixia o corpo e o território feminino. A mordanga, composta por fragmentos de laudos técnicos dessa violência e expressões de violência simbólica, exemplifica o que Castro (2012) denomina como gramática de exclusão. A imagem revela que o controle biopolítico e a regulação de gênero operam em simbiose: a mesma linguagem que pacifica o território para a exploração é a que amordaça a autonomia feminina.

Entretanto, a percepção crítica dessa realidade, permite identificar fissuras no sistema de dominação. O surgimento de movimentos simboliza a resistência proposta por

hooks (2019), mas também evoca a advertência de Duarte (2001): a verdadeira resistência não decorre do ato puramente espontâneo, mas da apropriação consciente dos instrumentos culturais e científicos que permitem ao sujeito desconstruir as amarras do discurso patriarcal e tecnocrático.

Ao reivindicar o direito a fala, a mulher amazônida inicia o processo de descolonização linguística que é, em última instância, a retomada da soberania sobre o próprio corpo e sobre o espaço que habita - o pertencimento -. Como assevera Borges; Teixeira (2021), essa transformação da consciência é o que viabiliza a aprendizagem genuinamente significativa e intercultural. Assim, a superação da dor e do silenciamento converte-se em manifesto político sobre a urgência da educação que medeie o acesso ao saber universal, sem apagar as raízes e as identidades que sustentam a vida na Amazônia.

4 SEXO E RELAÇÕES DE PODER

A articulação entre sexo e poder na Amazônia, não pode ser compreendida apenas como fenômeno de ordem privada, mas como elemento estruturante da organização social e espacial da região. Sob a ótica de Foucault (1977), o sexo torna-se o objeto central da biopolítica que visa controlar a vida em todas as dimensões. Na região amazônica, esse controle manifesta-se na naturalização de hierarquias sexuais que reforçam o domínio masculino sobre o território, onde a posse da terra e a disponibilidade dos corpos femininos são frequentemente tratadas como facetas do mesmo projeto de conquista. Sobre a gravidade dessa simbiose, Saffioti (2004, p. 42) afirma: “A violência contra a mulher não é um fenômeno isolado, mas uma peça fundamental na engrenagem de um sistema que se sustenta na desigualdade e na dominação de um sexo sobre o outro para garantir a ordem social vigente”.

Essa dominação é construída por meio do silenciamento institucional que deslegitima a autonomia feminina. Analisando-se as especificidades das populações que vivem à margem do poder central na região, Loureiro (2026) destaca que, na fronteira amazônica, a ausência do Estado e a prevalência da força bruta transformam as relações interpessoais em relações de pura dominação, onde o sexo se torna, frequentemente, moeda de troca ou instrumento de humilhação. Contudo, essa estrutura não é absoluta, pois encontra resistência na organização coletiva e na reivindicação de direitos.

Imagem 4: A resistência da mulher Amazônida.



Fonte: Conselho Indigenista Missionário (2024).

Disponível em: <<https://cimi.org.br/2025/08/mulheres-indigenas-simbolos-da-resistencia-raizes-do-futuro/>>. Acesso em: 14 abr. 2026.

A imagem das mulheres em luta por direitos, materializa a transição da condição de sujeição para a de protagonismo político. A força expressa no movimento coletivo demonstra que, se o corpo é o primeiro território de disputa de poder, também é a trincheira de onde emana a descolonização do desejo e da cidadania. Esta imagem ilustra a necessidade da educação que, como propõe a interculturalidade crítica de Candau (2008), desafie o silenciamento histórico. Ao apropriarem-se da própria narrativa e ocuparem o espaço público, as mulheres amazônidas transformam as relações de poder, rompendo-se com o destino biológico imposto pelo patriarcado.

Conforme Borges; Teixeira (2021), essa transformação da consciência é o que viabiliza a aprendizagem genuinamente significativa e emancipadora. A luta por direitos é, em si, ato pedagógico que exige a apropriação dos instrumentos culturais e científicos defendidos por Duarte (2001) para desconstruir as amarras do discurso opressor. Assim, o sexo e o território deixam de ser campos de sujeição para se tornarem espaços de liberdade, autonomia e cooperação mútua entre os sujeitos que constroem a identidade amazônica.

A presença de mulheres amazônidas em espaços de reivindicação política, redefine a própria noção de território. Ao ocuparem as ruas e as margens dos rios com suas vozes, operam a ruptura na biopolítica de Foucault (1977), transformando-se o corpo - antes visto pelo Estado apenas como objeto de controle ou reprodução - em agente de transformação social. Essa transição do privado para o público, é o que permite

desnaturalizar as relações de poder, revelando-se que, a dominação sexual é, antes de tudo, a construção histórica que pode e deve ser subvertida pela ação coletiva.

Nesse contexto, a luta por direitos territoriais e reprodutivos manifesta-se como a práxis de resistência que desafia o silenciamento institucional. Conforme discute Borges; Teixeira (2021), a educação amazônica não pode se furtar de debater essas relações, pois a consciência sobre o próprio corpo é o primeiro passo para a aprendizagem significativa. Quando mulheres indígenas, ribeirinhas e quilombolas se unem em marcha, exercem a pedagogia do pertencimento que ensina às novas gerações que a identidade regional não é sinônimo de submissão, mas de soberania.

A reprodução do poder patriarcal na Amazônia, também encontra barreiras na solidariedade de gênero, que rompe o isolamento imposto pela geografia e pela violência. Essa rede de proteção e luta, exemplifica a interculturalidade crítica de Candau (2008), onde a diferença cultural não impede a união em torno da pauta comum: a dignidade da vida. A imagem das mulheres que lutam por direitos é a prova visual de que o nó de Saffioti (2004) - que ata o patriarcado ao capitalismo - começa a ser desatado pela força da organização popular, criando-se novas gramáticas de existência que não passam pela opressão.

Assim sendo, a superação das desigualdades sexuais na região, exige que o saber sistematizado, defendido por Duarte (2001), seja utilizado como ferramenta de descolonização mental. Ao compreenderem as bases científicas e históricas da condição, as sujeitas amazônidas ganham munção teórica para contestar a ética da fronteira de Loureiro (2026). Assim, a relação entre sexo e poder deixa de ser ciclo fechado de abusos para se tornar processo aberto de emancipação, onde o corpo feminino deixa de ser solo de conquista para se tornar o motor da nova história para a Amazônia.

5 VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AMAZÔNIA

A violência de gênero na Amazônia, constitui uma das faces evidentes da dominação patriarcal e colonial que ainda marca a região. Longe de ser fenômeno restrito à esfera doméstica, essa violência é mecanismo biopolítico de controle sobre o corpo-território das mulheres. Sob a lente de Saffioti (2004), a violência é o instrumento por excelência de manutenção da ordem patriarcal; na Amazônia, se intensifica pela simbiose

com o modelo extrativista, que vê na força bruta a única linguagem de mediação de conflitos.

Nesse contexto, a socióloga paraense Castro (2012) argumenta que, a violência de gênero é efeito colateral da modernização autoritária da região. Para a autora, os grandes projetos de desenvolvimento não apenas degradam o meio ambiente, mas desestruturam as relações familiares e comunitárias, expondo-se as mulheres a novas e cruéis formas de exploração. A violência é, portanto, reproduzida pela estrutura econômica que prioriza o lucro sobre a vida, tratando-se os corpos femininos - especialmente os de mulheres negras e indígenas - como territórios de conquista e descarte.

Acrescentando-se a perspectiva da intelectual paraense Deus (2020), a violência de gênero na região não pode ser dissociada do racismo estrutural. A autora destaca que as mulheres negras e indígenas da Amazônia enfrentam a violência interseccional, onde o gênero, a raça e a classe se fundem para criar zonas de vulnerabilidade. A reprodução dessa violência ocorre no vácuo das políticas públicas e na invisibilidade de crimes que ocorrem nas periferias urbanas e nos interiores, onde a justiça não alcança a voz das vítimas.

Imagem 5: Superação da mulher Amazônida.



Fonte: Agência Cenarium (2021).

Disponível em: <<https://agenciacenarium.com.br/dona-marina-historia-de-forca-e-superacao-da-tipica-cabocla-negra-da-amazonia/>>. Acesso em: 14 abr. 2026.

A perpetuação dessa dinâmica, ocorre a partir do que Loureiro (2026) identifica como a ética da fronteira, estado onde a ausência de fiscalização estatal e a impunidade

fortalecem as hierarquias de poder. Em áreas de mineração e exploração madeireira, a violência de gênero é perpetuada pela objetificação sistemática, manifestando-se desde o assédio moral até o feminicídio. Sobre essa estrutura, Saffioti (2004, p. 76) apresenta reflexão essencial: “O patriarcado não sobrevive sem a violência, pois é através do medo e da coerção que as mulheres são mantidas em posições de subalternidade, garantindo que o controle dos meios de produção e de reprodução permaneça em mãos masculinas”.

A análise histórico-crítica, revela que a superação desse ciclo exige mais do que medidas punitivas; requer transformação estrutural na educação e na cultura. Como assevera Borges; Teixeira (2021), a escola amazônica deve atuar na desconstrução dos papéis de gênero que naturalizam a agressividade. A aprendizagem significativa, nesse contexto, envolve a conscientização sobre o direito à vida sem violência, transformando-se o conhecimento científico e jurídico em ferramentas de autodefesa.

Para romper com a reprodução dessa violência, Duarte (2001) lembra que é necessário elevar a consciência do indivíduo do nível cotidiano e alienado para o nível histórico-crítico. Somente quando a mulher amazônica se apropria dos instrumentos que explicam a origem da opressão, pode converter o sofrimento em práxis de resistência. A luta contra a violência de gênero na Amazônia é, em última instância, indissociável da luta pela soberania do território e pela dignidade humana, exigindo-se a educação intercultural que reconheça a pluralidade das vozes que clamam por justiça nos rios e nas cidades.

A reprodução da violência de gênero na Amazônia, é também alimentada pela espécie de analfabetismo jurídico que isola a mulher dos mecanismos de proteção. Em comunidades ribeirinhas e quilombolas, a distância física das delegacias especializadas e dos centros de atendimento é agravada pela ausência da linguagem jurídica acessível e intercultural. Como aponta Borges; Teixeira (2021), a mediação pedagógica deve atuar na tradução desses direitos, pois o conhecimento das leis, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2016), não pode ser apenas informação técnica, mas ferramenta de sobrevivência que faça sentido na realidade geográfica e social da aluna amazônica.

Além da agressão física, a violência psicológica atua como mecanismo de controle, disfarçado sob o manto da tradição ou do costume local. Essa forma de violência perpetua-se pela internalização da submissão, onde o discurso do agressor se torna a única verdade possível para a vítima. Para romper esse ciclo, a aplicação da Teoria de Vigotski (1998) torna-se fundamental: ao promover a interação social e o acesso a novos conceitos

de autonomia e dignidade, a escola ajuda a reestruturar as funções psicológicas superiores da mulher, permitindo-se que, ressignifique a própria história e saia da condição de objeto do silenciamento para a de sujeito do discurso.

Além disso, a luta contra a violência de gênero na região, exige o resgate da memória coletiva e o fortalecimento das redes de solidariedade que historicamente sustentam as comunidades tradicionais. A violência tenta apagar a identidade e o poder de agência feminina; no entanto, quando a educação histórico-crítica de Duarte (2001) e as perspectivas locais de Deus (2020) se cruzam no currículo, cria-se anteparo contra a opressão. A transformação da realidade amazônica passa, obrigatoriamente, pelo enfrentamento direto das estruturas que permitem a agressão ao corpo feminino, pois não há desenvolvimento regional nem aprendizagem significativa no território onde a vida das mulheres é constantemente ameaçada pelo silêncio e pela impunidade.

6 LINGUAGEM E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A linguagem não é reflexo da realidade, mas é instrumento primordial para a construção. No contexto da violência de gênero na Amazônia, a palavra atua como ferramenta de poder que nomeia, classifica e, justifica a opressão. Sob a égide de Foucault (1977), a linguagem é o lugar onde o poder se torna saber; assim, ao utilizar termos que naturalizam a submissão feminina ou que romantizam o controle masculino, a sociedade opera o silenciamento simbólico que precede e autoriza a violência física. A linguagem, portanto, não apenas comunica a agressão, é a estrutura que a torna inteligível e aceitável dentro de determinada ordem social.

Assim, a perpetuação da violência de gênero, ocorre por meio da gramática da dominação. Na Amazônia, isso se manifesta no uso de expressões que desqualificam a mulher - como as acusações de histeria ou desonra - que servem para transferir a culpa do agressor para a vítima. Como discute Castro (2012), essa violência discursiva é parte da herança colonial que trata o feminino e o território como espaços a serem domados. A linguagem técnica dos tribunais e a linguagem coloquial das ruas, fundem-se para criar a barreira que impede a mulher de narrar a própria dor, aprisionando-a em categorias definidas pelo agressor.

Em consonância, a importância da linguagem na construção da realidade é um dos pilares da teoria de Vigotski (1998). Para o autor, a palavra é o microcosmo da

consciência humana; medeia à relação entre o sujeito e o mundo. Se a linguagem disponível para a mulher amazônida é saturada de violência e interdições, a percepção de possibilidades e a própria subjetividade são limitadas. Por outro lado, a apropriação da nova linguagem - a linguagem de direitos, de autonomia e de resistência - permite a reestruturação das funções psicológicas superiores, possibilitando-se que, a mulher rompa com o ciclo de abuso ao ressignificar a posição no mundo.

A educação, dentro da Abordagem Histórico-Crítica, tem o papel fundamental de realizar essa descolonização linguística. Como assevera Borges; Teixeira (2021), o ensino da língua e da literatura na Amazônia, deve expor as entranhas da violência verbal e oferecer aos estudantes os meios de produzir contradiscursos. Não se trata apenas de ensinar a norma culta, mas de capacitar o sujeito para que identifique como a linguagem é utilizada para perpetuar desigualdades. Quando a escola ensina a nomear a violência em suas formas (psicológica, patrimonial, simbólica), está, na verdade, alterando-se a realidade material do território.

Além disso, a linguagem na construção da realidade amazônica deve abraçar a interculturalidade proposta por Candau (2008). Isso significa reconhecer que as mulheres indígenas, quilombolas e ribeirinhas possuem formas próprias de dizer e de resistir que, são frequentemente ignoradas pelo discurso acadêmico ou jurídico hegemônico. Ao validar essas falas, a pedagogia histórico-crítica permite que o saber universal de Duarte (2001) se encontre com a sabedoria local, criando-se a síntese que fortalece a agência feminina.

Dessa forma, a transformação das relações de gênero na Amazônia, exige o fim do silenciamento institucional. Como destaca Deus (2020), ‘erguer a voz’ é ato político de cura e de libertação. A linguagem que cala deve ser substituída pela linguagem que liberta, transformando-se o espaço da escola e da comunidade em laboratórios de novas realidades. Ao mudar a forma como falamos sobre as mulheres e com as mulheres, começamos a dismantelar a engrenagem de poder que sustenta a violência, permitindo-se que, a Amazônia seja narrada não como solo de conquista, mas como território de dignidade e voz plena.

7 CONTRIBUIÇÕES

A principal contribuição desse estudo, reside na compreensão da relação intrínseca entre corpo, território e discurso no contexto amazônico. Ao longo dessa análise, demonstrou-se que a Amazônia não é apenas coordenada geográfica, mas território epistêmico onde as disputas de poder incidem diretamente sobre o corpo feminino. A tese aqui defendida, propõe que a exploração da terra e a opressão de gênero são faces da mesma moeda colonial.

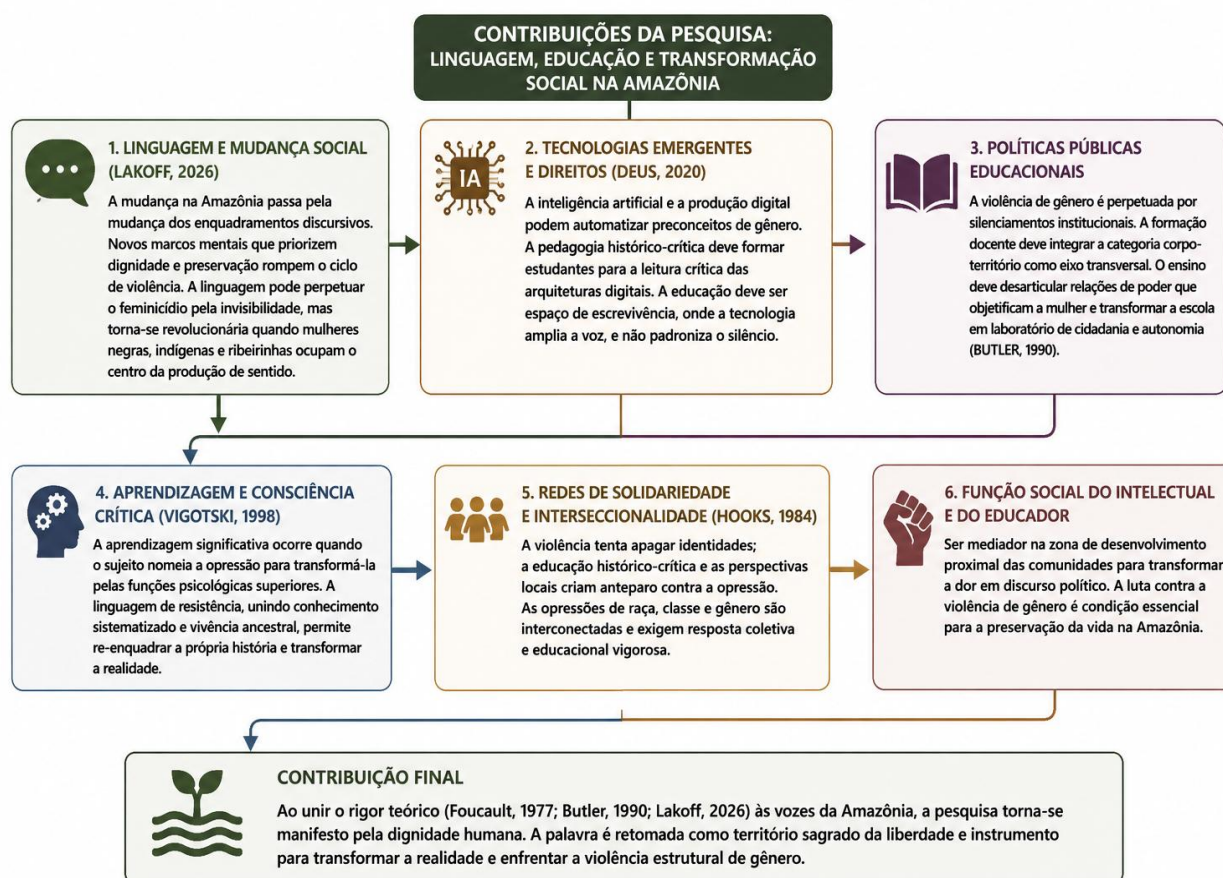
À luz de Foucault (1977), percebe-se que, o discurso opera como a biopolítica que visa controlar a vida e os corpos; ao silenciar as subjetividades locais, prepara-se o terreno para que a mulher seja tratada como espaço de conquista, legitimando-se o apagamento sistemático da vida em *prol* do capital.

Ademais, a pesquisa analisou a forma como a linguagem é utilizada como instrumento de poder e opressão. A palavra atua como ‘mordaca’ simbólica, quando institucionaliza termos que naturalizam a violência de gênero. Ao dissecar essa gramática da dominação, o trabalho contribui para o campo da Pedagogia Histórico-Crítica, pois evidencia-se que, a mediação docente deve ser desobediência linguística.

Como assevera Borges; Teixeira (2021), educar na Amazônia exige denunciar a violência verbal camuflada, devolvendo-se ao estudante o pertencimento por meio da fala. Aqui, a contribuição de Butler (1990) é fundamental: ao compreendermos que o gênero é desempenho reiterado por normas discursivas, à educação passa a ser o espaço para subverter essas identidades impostas e construir novas formas de ser e estar no território.

Como contribuição suplementar, reside a denúncia do extrativismo cognitivo que marginaliza o saber regional, uma vez que, o trabalho revela que a violência de gênero é acompanhada pela expropriação intelectual das mulheres da floresta. A linguagem tende a converter conhecimentos ancestrais em ‘recursos’ catalogados, sem o devido reconhecimento da autoria. Assim o artigo contribui para a ética que exige o protagonismo das narrativas locais, reafirmando-se que, a soberania territorial e a soberania intelectual estão correlacionadas. Ao integrar a perspectiva de hooks (1984), o debate desloca-se da margem para o centro, validando-se a experiência das mulheres amazônidas como o ponto de partida para a teoria feminista e educacional que seja verdadeiramente inclusiva e descolonizada.

Imagem 6: Da teoria à prática.



Fonte: Elaborado pelos autores e desenvolvido pela IA.

Disponível em: <<https://chatgpt.com/c/6a3991a2-b17c-83e9-bdc4-eba73f73634e>> Acesso em: 22 jun. 2026.

A discussão sobre a importância da linguagem na construção da realidade, revela que a mudança social na Amazônia passa pela mudança de nossos enquadramentos discursivos. Como propõe Lakoff (2026), o modo como moldamos o debate, determina o que é possível pensar; se aceitamos os ‘frames’ do agressor ou do explorador, perdemos a batalha simbólica. Sendo assim, a pesquisa contribui, ao mostrar que, a construção de novos marcos mentais - que priorizem a dignidade e a preservação - é essencial para romper o ciclo de violência. Se a linguagem pode perpetuar o feminicídio pela invisibilidade, também possui potencial revolucionário quando as mulheres negras, indígenas e ribeirinhas ocupam o centro da produção de sentido.

Além disso, a discussão proposta avança, ao considerar os desafios impostos pelas tecnologias emergentes na Amazônia. No cenário onde a inteligência artificial e a produção digital começam a mediar as relações, a proteção dos direitos de personalidade torna-se nova fronteira de luta. A contribuição aqui, é alertar que, a linguagem algorítmica

pode automatizar preconceitos de gênero arraigados. Portanto, a pedagogia histórico-crítica deve municiar o estudante para a leitura crítica das arquiteturas digitais. Como destaca Deus (2020), a educação deve ser espaço de escrivência, onde a tecnologia sirva para ampliar a voz e não para padronizar o silêncio.

A análise oferece subsídios práticos para a reestruturação de políticas públicas educacionais na Região Norte. Ao demonstrar que a violência de gênero é perpetuada por silenciamentos institucionais, o trabalho sugere que a formação de professores deve integrar a categoria corpo-território como eixo transversal. Isso significa que, o ensino deve estar comprometido com a desarticulação das relações de poder que objetificam a mulher. A união entre a teoria de Butler (1990) sobre a subversão da identidade e a realidade amazônica, permite que a escola deixe de ser aparelho de reprodução de normas para se tornar laboratório de cidadania e autonomia.

Outro ponto fundamental, é a aplicação da teoria de Vigotski (1998) ao enfrentamento da violência estrutural. A conclusão é de que a aprendizagem significativa só se realiza quando o sujeito é capaz de nomear a opressão para transformá-la a partir das funções psicológicas superiores. A linguagem de resistência, forjada na união entre o conhecimento sistematizado e a vivência ancestral, torna-se ferramenta definitiva para que a Amazônia deixe de ser cenário de dor. Outrossim, o trabalho contribui, pois mostra que a mediação pedagógica é o motor que impulsiona o aluno da consciência ingênua para a consciência crítica, permitindo-se que, re-enquadre a própria história.

Dessa forma, a pesquisa contribui para o fortalecimento das redes de solidariedade que sustentam as comunidades tradicionais, uma vez que, a violência tenta apagar a identidade; no entanto, quando a educação histórico-crítica de Duarte (2001) e as perspectivas locais se cruzam no currículo, cria-se anteparo contra a opressão. Assim, a transformação da realidade amazônica passa pelo enfrentamento direto das estruturas que permitem a agressão ao corpo feminino. Como bem coloca hooks (1984), a libertação só é possível quando reconhecemos que as opressões de raça, classe e gênero são interconectadas e exigem resposta coletiva e educacional vigorosa.

De igual modo, o artigo reafirma a função social do intelectual e do educador na Amazônia: ser mediador que atua na zona de desenvolvimento proximal das comunidades para transformar a dor em discurso político. A contribuição final é a percepção de que a luta contra a violência de gênero não é pauta isolada, mas condição essencial para a preservação da própria vida na região. Ao unir o rigor de autores como Foucault (1977);

Butler (1990); Lakoff (2026) à urgência das vozes que ecoam nos rios e matas, a pesquisa deixa de ser mero exercício teórico para se tornar manifesto pela dignidade humana, onde a palavra é retomada como o território sagrado da liberdade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa percorreu as tramas que conectam a educação amazônica, a linguagem e as relações de poder, revelando-se que, o silenciamento não é vazio, mas construção política deliberada. O resumo dos principais pontos discutidos, demonstra que a Pedagogia Histórico-Crítica, sob a lente de Vigotski (1998), oferece o amparo necessário para que o sujeito amazônida deixe de ser objeto de discursos alheios e se torne autor da própria história. Desse modo, analisou-se como a tríade corpo-território-discurso é tensionada pela ética da fronteira que, ao objetificar a natureza, acaba por autorizar a violência de gênero, tratando-se o feminino como solo a ser conquistado e explorado.

A reflexão central que surge por meio dessa pesquisa, é a de que a linguagem é a arquitetura invisível da realidade. Quando os enquadramentos conceituais de Lakoff (2026) são utilizados para analisar a Amazônia, percebe-se que a perpetuação da violência de gênero ocorre no momento em que aceitamos a gramática que desumaniza a mulher e invisibiliza a agência política. Além disso, a linguagem não apenas descreve a agressão; a fundamenta quando normaliza hierarquias e apaga as interseccionalidades de raça e classe. Portanto, a luta contra o feminicídio e o etnocídio na região exige, antes de tudo, a revolução nos modos de dizer e de nomear o mundo.

As reflexões finais, apontam para a urgência da educação que não seja apenas transmissora de conteúdos, mas mediadora da emancipação. Como vimos em hooks (1984); Butler (1990), a subversão das identidades impostas e o deslocamento das vozes da margem para o centro são atos pedagógicos radicais, nas comunidades ribeirinhas como conhecimentos científicos e políticos. A linguagem de resistência, forjada no encontro entre o saber universal e a vivência ancestral, é o que permite transformar a biopolítica de controle de Foucault (1977) em política da vida e da autonomia.

Logo, o papel do educador e do pesquisador na Amazônia, é o de mediador da esperança crítica. Ao prover o acesso ao saber sistematizado e à consciência histórica, a escola transforma-se no espaço onde as mordidas do presente são desfeitas. Assim, a importância da linguagem na construção da realidade, reside na capacidade de

escrevivência, permitindo-se que, a dor seja convertida em discurso e a sujeição em soberania. Que esse trabalho sirva de subsídio para que a Amazônia seja narrada não mais pelos agressores, mas pelas vozes que brotam da floresta, provando-se que, a dignidade humana é o território que jamais aceitaremos ver devastado.

AGRADECIMENTO

O presente texto é parte integrante do Macro Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão – NEABI-IFRO, *campus* Cacoal que tem como tema central norteador a *Cultura Popular, Memória e Construção Identitária em Comunidades Tradicionais da Amazônia Rondoniense* (com as parcerias: 1. Língua[gem], Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia [PDA/DGP-CNPq-IFRO]; 2. Mini Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais [UEA]).

REFERÊNCIAS

- BORGES, Heloisa da Silva; TEIXEIRA, Patrícia Barros. Contribuições da pedagogia histórico-crítica para a educação do campo no contexto amazônico. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 12, n. 34, p. 293-318, 2021. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/16024?articleBySimilarityPage=7>>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Original: Gender Trouble, 1990).
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSPkGnWc67BjtC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 jun. 2026.
- CASTRO, Edna. **Sociedade, território e conflitos na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2012.
- DEUS, Zélia Amador de. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Belém: Paka-Tatu, 2020.
- DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LAKOFF, George. **Não pense em um elefante!:** saiba quais são seus valores e enquadre o debate. eBook Kindle: Fósforo, 2026

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 103-128, jun. 2009.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/ZyVGJ6BMxCSJg5txXF7vzLv/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 17 abr. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Biografia dos autores

Sérgio Nunes de Jesus

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9648583745536616> ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8255-751X>
Professor Titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *campus* Cacoal-RO. Acadêmico do Curso de Direito, do Centro Universitário Mauricio de Nassau (UNINASSAU), *campus* Cacoal-RO. Licenciado em Letras Português/Inglês/Literaturas (UNEB/FFCLC). Licenciado em História (UNICV). Especialista em Língua Portuguesa: Redação e Oratória (CUBM). Especialista em História da Cultura Indígena e Afro-brasileira (FAMART). Especialista em Antropologia Brasileira (FAMART). Especialista em Direito Internacional (FACEO). Mestre em Linguística (UNIR). Mestre em Science in Legal Studies, Emphasis in International Law (MUST). Doutor em Ciências da Educação (UTIC). Doutor em Estudos da Linguagem (UNICAP). Fez estágio pós-doutoral em Ciências da Educação (UFLO). Fez estágio pós-doutoral em Cartografia Social (UEMA). Professor permanente no PPGL-UNIR; PPGAgro-UNIR; ProfLETRAS-IFRO. Colaborador no ProfEPT-IFRO; PPGE-CN-UNIR; PPGL-UNEMAT. Pesquisador associado ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, PNCSA-UEA (Centro de Ciências e Saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro - *Carmelita Nunes da Conceição* 'CARMÉ'). Atualmente coordena o *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas* (NEABI-IFRO, *campus* Cacoal). Lidera o grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (DGP-CNPq-IFRO). Pesquisador na Web of Science Researcher iD: PQA-4188-2026. Escritor, músico e poeta. Contato: grupo.pda.ifro@gmail.com

Shyrley de Almeida Alves

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2077300677497872> ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8942-3234>
Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista/UNESP, *campus* de Marília/SP, sob a orientação da professora Doutora Tânia Suely Antonelly Marcelino Brabo, no Doutorado Interinstitucional em Educação PPGE/2023, na linha Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais. Mestra em Psicologia (UNIR). Especialista em Administração e Gerenciamento Escolar (UNIR). Graduada em História (UNIR). Servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com lotação na Reitoria-PVh (Técnica em Assuntos Educacionais). Faz parte do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Históricos e Literários (DGP-CNPq-IFRO, na linha Educação Inclusiva, Diversidades e Direitos Humanos). Faz parte do grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas

Discursivas na Amazônia (PDA), na linha Saberes e Práticas Discursivas Amazônicas de Povos Tradicionais. Contato: shyrley.alves@ifro.edu.br

Edmilson Maria de Brito

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3635344091127514> ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4307-0650>
Bacharel em Administração de Empresas (FAP). MBA em Planejamento Financeiro para Cooperativas de Crédito (FGV). Mestre em Administração (FEAD). Doutor em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES). Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, *campus* Cacoal. Membro do grupo de pesquisa: Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (DGP-CNPq-IFRO). Membro do grupo de pesquisa: Ecosofias, Paisagens Inventivas (DGP-CNPq-UNIVATES). Membro do *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas* (NEABI-IFRO, *campus* Cacoal). Contato: edmilson.brito@ifro.edu.br

Juliana dos Santos Figueiredo

Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/5408267297643980> ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8067-2875>
Professora na Secretaria Municipal de Educação (SEMED, Rolim de Moura-RO). Supervisora de Estágio do Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI, Polo Rolim de Moura-RO. Acadêmica do Curso de Terapia Ocupacional (Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI, Polo Rolim de Moura-RO). Licenciada em Pedagogia (Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR, *campus* Rolim de Moura). Mestre em História e Estudos Culturais (Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR). Pesquisadora do grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (DGP-CNPq-IFRO). Pesquisadora, atriz e escritora. Temas de interesse: Cultura, Educação, Ensino, Língua(gem), Povos e Comunidades Indígenas. Contato: julianatutorauab@gmail.com

Reginaldo Conceição da Silva

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8537046678523286> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7158-8185> Docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atua como professor permanente na Pós-Graduação (Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA) e no Mestrado Profissional em Processos e Tecnologias Educacionais em Rede Nacional (ProfEDUCATEC-UEA). Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Licenciado em Geografia (UNEB). Mestre em Cartografia Social e Ciências Políticas da Amazônia (UEMA). Doutor em Geografia (UNIR). Professor de Geografia (UEA, *campus* Tabatinga-AM). É pesquisador nos Grupos de Pesquisa Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais (UEA); Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (UEA); Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA, IFRO). Bolsista de produtividade (UEA). Contato: resilva@uea.edu.br

Suzenir Aguiar da Silva

Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/8054728334049508> ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4748-3970>
Professora Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atualmente é professora efetiva da Fundação Universidade Federal de Rondônia (*campus* Cacoal, UNIR - Classe Associado 2 'D2'). Atua no curso de Ciências Contábeis; é Coordenadora do Mestrado em Gestão de Agronegócios e Sustentabilidade (PPGAgro), *campus* Cacoal – UNIR. Pesquisadora e membro do grupo de pesquisa GPGDR e do grupo de pesquisa GEPSCAL. Desenvolve pesquisas e projetos de extensão com os povos indígenas e, principalmente, no agronegócios no contexto da sustentabilidade - uso sustentável dos recursos naturais amazônicos - viabilidade econômica – inovação - custos de produção dentre os assuntos correlatos na área de gestão e empreendedorismo ambiental. Contato: suzi@unir.br